

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

**Informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2026**

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Informações contábeis intermediárias

Índice

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	1
BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8

Notas explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL	9
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	11
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E ESTIMATIVAS CRÍTICAS	12
4	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14
5	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	14
6	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	15
7	VALORES A DEVOLVER DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS	16
8	PARTES RELACIONADAS	17
9	ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	20
10	INTANGÍVEL	21
11	ATIVOS DE CONTRATO	22
12	FORNECEDORES	22
13	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	24
14	DEBÊNTURES	26
15	IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDOS	27
16	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS VINCULADOS	29
17	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30
18	PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO	31
19	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	34
20	CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS	35
21	CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	36
22	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS	36
23	RESULTADO FINANCEIRO	37
24	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	37
25	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	41
26	COMPROMISSOS FUTUROS	42



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil

Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.
São Luis - MA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma contábil internacional (IFRS Accounting Standards) IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 12 de agosto de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in black ink, reading 'Nathália Araújo Domingues', written in a cursive style.

Nathália Araújo Domingues
Contador CRC CE-020833/O

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Balanço patrimonial em 30 de junho 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)



Ativo	Notas	30/06/2026	31/12/2025	Passivo	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	26.268	41.861	Fornecedores	12	660.718	643.342
Aplicações financeiras	5	340.017	540.036	Fornecedores - Risco sacado	12.1	47.615	56.149
Contas a receber de clientes	6	1.496.693	1.435.898	Empréstimos e financiamentos	13	230.772	222.419
Almoxarifado		26.586	21.808	Debêntures	14	17.860	17.886
Serviços pedidos		107.921	84.439	Passivo de arrendamento	25.2	376	124
Subvenção CCC		1.377	3.901	Impostos e contribuições a recolher		206.052	204.579
Impostos e contribuições a recuperar		123.133	111.606	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		59.795	6.354
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	99.093	-	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		50.180	40.677
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		139.903	75.349	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	-	63.652
Depósitos vinculados	16	557	844	Contribuição de iluminação pública		50.504	48.681
Outros créditos a receber		253.140	199.757	Encargos setoriais		71.968	72.055
Total do ativo circulante		2.614.688	2.515.499	Participação nos lucros		30.584	56.524
Não circulante				Instrumentos financeiros derivativos	24.5	3.214	1.245
Aplicações financeiras	5	-	1.489	Provisões para riscos judiciais	16	10.407	20.738
Contas a receber de clientes	6	74.697	68.245	Dividendos a pagar	8	1.779	141.705
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	49.703	-	Outras contas a pagar		229.780	216.965
Serviços pedidos		16.096	16.001	Total do passivo circulante		1.671.604	1.813.095
Impostos e contribuições a recuperar		164.505	162.564	Não circulante			
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		4.329	34.818	Fornecedores	12	21.544	23.003
Depósitos vinculados	16	156.425	147.065	Empréstimos e financiamentos	13	2.658.318	2.501.060
Benefício pós-emprego		7.416	6.949	Debêntures	14	1.376.815	1.364.099
Outros créditos a receber		28.224	31.389	Instrumentos financeiros derivativos	24.5	193.168	94.476
Ativo financeiro da concessão	9	154.602	5.943.147	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	-	18.143
Investimentos		60	62	Passivo de arrendamento	25.2	634	244
Intangível	10	7.840.279	1.689.840	Impostos e contribuições a recolher		5.255	5.627
Ativos de contrato	11	677.109	481.791	Encargos setoriais		43.586	27.624
Direito de uso		945	342	Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.1	651.372	611.459
Total do ativo não circulante		9.174.390	8.583.702	Provisões para riscos judiciais	16	145.053	132.835
				Benefício pós-emprego		22.053	21.136
				Outras contas a pagar		59.349	63.430
				Total do passivo não circulante		5.177.147	4.863.136
				Patrimônio líquido			
				Capital social	17.1	1.863.606	1.863.606
				Ajuste de avaliação patrimonial		(14.219)	(4.817)
				Reserva de capital		58.631	55.475
				Reservas de lucros		2.508.706	2.508.706
				Lucro líquido do período		523.603	-
				Total do patrimônio líquido		4.940.327	4.422.970
Total do ativo		11.789.078	11.099.201	Total do passivo e patrimônio líquido		11.789.078	11.099.201

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.
Demonstração do resultado



Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	Nota	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Receita operacional líquida	19	1.993.876	3.730.977	1.685.806	3.218.068
Custos com energia elétrica	21	(888.795)	(1.568.857)	(693.711)	(1.319.119)
Custo de construção		(330.495)	(603.579)	(303.293)	(609.891)
Custo da operação		(147.564)	(297.279)	(166.839)	(302.264)
Custos de energia elétrica, construção e operação	20	(1.366.854)	(2.469.715)	(1.163.843)	(2.231.274)
Lucro bruto		627.022	1.261.262	521.963	986.794
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	20	(50.593)	(105.819)	(45.972)	(95.657)
Despesas gerais e administrativas	20	(79.165)	(162.866)	(55.915)	(136.428)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	20	(54.374)	(102.925)	(15.336)	(37.335)
Outras despesas operacionais, líquidas	22	(28.851)	(49.436)	12.158	(29.997)
Total de despesas operacionais		(212.983)	(421.046)	(105.065)	(299.417)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		414.039	840.216	416.898	687.377
Receitas financeiras	23	103.930	322.628	173.756	398.498
Despesas financeiras	23	(217.784)	(533.797)	(274.890)	(592.629)
Resultado financeiro, líquido		(113.854)	(211.169)	(101.134)	(194.131)
Lucro antes de imposto de renda e da contribuição social		300.185	629.047	315.764	493.246
Imposto de renda e contribuição social - corrente	15.3	(19.178)	(60.687)	(50.804)	(57.337)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	15.3	(29.715)	(44.757)	11.098	(17.664)
Impostos sobre o lucro		(48.893)	(105.444)	(39.706)	(75.001)
Lucro líquido do período		251.292	523.603	276.058	418.245
Lucro por ação básico e diluído - R\$					
Ação ordinária	17.2	1,53055	3,18912	1,68139	2,54742
Ação preferencial nominal - A	17.2	1,53055	3,18912	1,68139	2,54742
Ação preferencial nominal - B	17.2	1,53055	3,18912	1,68139	2,54742
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais no final do período (em milhares de ações)		164.184	164.184	164.184	164.184

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)



	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Lucro líquido do período	251.292	523.603	276.058	418.245
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Resultado abrangentes <i>hedge accounting</i>	(439)	(14.246)	57.031	57.200
Tributos diferidos sobre ganho (perda) de instrumentos financeiros derivativos	150	4.844	(19.390)	(19.448)
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos	(289)	(9.402)	37.641	37.752
Total resultados abrangentes	251.003	514.201	313.699	455.997

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)



	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de capital	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
					Legal	Incentivos fiscais	Reserva de reforço de capital de giro	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.863.606	(43.617)	52.353	91.644	499.995	1.305.353	318.887	-	4.088.221
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	418.245	418.245
Pagamentos baseados em ações - <i>Stock option</i>		-	-	402	-	-	-	-	-	402
Pagamentos baseados em ações - <i>Matching shares</i>		-	-	956	-	-	-	-	-	956
Resultado de <i>hedge accounting</i>		-	57.200	-	-	-	-	-	-	57.200
Tributos diferidos sobre ganho de instrumentos financeiros derivativos		-	(19.448)	-	-	-	-	-	-	(19.448)
Dividendos adicionais distribuídos 2024		-	-	-	-	-	-	(318.887)	-	(318.887)
Saldos em 30 de junho de 2025		1.863.606	(5.865)	53.711	91.644	499.995	1.305.353	-	418.245	4.226.689
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.863.606	(4.817)	55.475	121.111	662.343	1.725.252	-	-	4.422.970
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	523.603	523.603
Pagamentos baseados em ações - <i>Stock option</i>	18.1	-	-	69	-	-	-	-	-	69
Pagamentos baseados em ações - <i>Matching shares</i>	18.2	-	-	3.087	-	-	-	-	-	3.087
Resultado abrangente do período										
Resultado de <i>hedge accounting</i>	24.5	-	(14.246)	-	-	-	-	-	-	(14.246)
Tributos diferidos sobre perda de instrumentos financeiros derivativos	15.2	-	4.844	-	-	-	-	-	-	4.844
Saldos em 30 de junho de 2026		1.863.606	(14.219)	58.631	121.111	662.343	1.725.252	-	523.603	4.940.327

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)



	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido no período	523.603	418.245
Ajustes para:		
Amortização	203.140	187.203
Baixa de intangível e financeiro	3.063	(24.184)
Atualização do ativo financeiro	(178.141)	(216.055)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	190.387	99.514
Marcação a valor justo da dívida	(36.925)	(61.949)
Perdas (ganhos) com instrumentos derivativos	124.376	229.120
Ajuste a valor presente	(2.417)	(934)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	102.925	37.335
Encargos financeiros sobre perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	656	632
Baixa de recebíveis incobráveis	7.382	13.090
Provisão e atualização para riscos judiciais	22.367	12.012
Provisão e atualização de encargos setoriais	27.823	23.754
Valor justo das opções de compra de ações	26.512	10.445
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	(235.777)	(114.415)
Imposto de renda e contribuição social correntes	60.687	57.337
Imposto de renda e contribuição social diferidos	44.757	17.664
Participação nos lucros	42.826	33.954
Benefício pós-emprego	450	321
Rendimentos de aplicações financeiras	(34.363)	(74.301)
Provisão para perda de estoque	9.238	1.303
Encargos de geração distribuída	-	(63)
Subtotal	902.569	650.028
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes		
Contas a receber de clientes	(175.760)	(65.337)
Serviços pedidos	(22.143)	7.880
Depósitos judiciais	(9.073)	(8.944)
Subvenção CCC	2.524	(4.209)
Almoxarifado	(4.778)	(10.084)
Impostos e contribuições a recuperar	(13.468)	(26.890)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(34.065)	(19.319)
Outros créditos a receber	(50.251)	(39.067)
Fornecedores	(13.042)	1.644
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(37.137)	(32.788)
Impostos e contribuições a recolher	1.101	15.465
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	48.906	39.345
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	5.186	5.450
Contribuição de iluminação pública	1.823	(6.336)
Participação nos lucros	(68.766)	(60.481)
Encargos setoriais	(13.382)	(35.030)
Provisão para riscos judiciais	(20.480)	(11.354)
Outras contas a pagar	(14.622)	(44.068)
Variações líquidas nos ativos e passivos, circulante e não circulantes	(417.427)	(294.123)
Juros recebidos de aplicações financeiras	34.950	9.240
Imposto de renda e contribuição social pagos	(56.152)	(41.529)
Juros pagos	(172.664)	(99.773)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	291.276	223.843
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo contratual	(522.530)	(518.310)
Resgate (aplicações) financeiras	200.881	833.056
Rendimentos de aplicações financeiras	40	-
Fluxo de caixa proveniente das (utilizadas nas) atividades de investimento	(321.609)	314.746
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(102.932)	(744.920)
Captação de empréstimos e financiamentos	258.137	713.143
Amortização de debêntures	-	(300.000)
Dividendos pagos	(139.926)	-
Amortização do passivo de arrendamento	(539)	(140)
Fluxo de caixa proveniente das (utilizadas nas) atividades de financiamento	14.740	(331.917)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(15.593)	206.672
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	41.861	130.195
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	26.268	336.867
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(15.593)	206.672

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025



(Em milhares de Reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas		
Vendas de produtos, serviços e receitas de construção	4.673.689	3.755.299
Receitas de construção	603.579	609.891
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(102.925)	(37.335)
Outras receitas	1.229	-
Subtotal	5.175.572	4.327.855
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(2.172.436)	(1.929.010)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(262.240)	(247.011)
Subvenção CCC	(502)	475
Outras despesas	(61.464)	(37.246)
Subtotal	(2.496.642)	(2.212.792)
Valor adicionado bruto	2.678.930	2.115.063
Amortização	(203.140)	(187.203)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	2.475.790	1.927.860
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	328.542	405.585
Valor adicionado total a distribuir	2.804.332	2.333.445
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	38.255	45.375
Benefícios	29.301	26.351
FGTS	9.576	8.477
Subtotal	77.132	80.203
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	806.479	550.377
Estaduais	859.762	686.273
Municipais	889	1.188
Subtotal	1.667.130	1.237.838
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	476.235	521.729
Aluguéis	2.670	4.530
Outros despesas financeiras	57.562	70.900
Subtotal	536.467	597.159
Remuneração de capitais próprios		
Lucro retido no período	523.603	418.245
Subtotal	523.603	418.245
Valor adicionado	2.804.332	2.333.445

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

1 Contexto operacional

A Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Equatorial Maranhão") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Alameda A, Quadra SQS, nº 100, Loteamento Quitandinha, bairro Altos do Calhau, cidade de São Luís, no Estado do Maranhão, controlada pela Equatorial Energia Distribuição S.A., tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o Estado do Maranhão com 331.937 (*) km², atendendo, em 30 de junho de 2026, 2.883.480 (*) consumidores em 217 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3).

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não revisada.

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 6 de maio de 2026, a Companhia celebrou o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 60/2000-ANEEL, prorrogando sua vigência por mais 30 (trinta) anos, com novo prazo final em 11 de agosto de 2060. O aditivo promoveu a atualização das condições contratuais, contemplando aperfeiçoamentos relacionados à qualidade e continuidade da prestação do serviço público, governança corporativa, sustentabilidade econômico-financeira da concessão, alocação de riscos e atendimento aos indicadores regulatórios aplicáveis.

Como consequência da celebração do Quinto Termo Aditivo, a Companhia reavaliou a natureza dos direitos econômicos associados à infraestrutura da concessão existentes na data da assinatura do aditivo. Nesse contexto, o ativo financeiro, que representava o direito contratual de receber indenização pelos investimentos ainda não amortizados ao término da concessão vigente, foi considerado a contrapartida econômica utilizada para a obtenção do direito de explorar a concessão pelo período adicional de 30 anos. Em razão da renúncia ao direito de indenização, a recuperação desses investimentos passará a ocorrer por meio da exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica e da cobrança de tarifas aos usuários ao longo do período adicional da concessão. Dessa forma, diante da alteração da natureza do direito contratual, a Companhia promoveu, em maio de 2026, a reclassificação dos respectivos saldos do ativo financeiro para o ativo intangível, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 10.1 – Movimentação do ativo intangível.

A classificação dos direitos decorrentes da renovação da concessão como ativo intangível está fundamentada na ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, que estabelece que o direito do concessionário de cobrar os usuários pela prestação do serviço público deve ser reconhecido como ativo intangível. A partir da assinatura do Quinto Termo Aditivo, os investimentos realizados pela Companhia continuam sendo avaliados de acordo com os critérios previstos na ICPC 01 (R1), podendo resultar no reconhecimento de ativos financeiros e/ou ativos intangíveis, conforme a natureza dos direitos contratuais associados a cada investimento.

Embora o Quinto Termo Aditivo tenha sido formalizado em 6 de maio de 2026, o período adicional de exploração decorrente da prorrogação terá início apenas em 11 de agosto de 2030. Dessa forma, os benefícios econômicos associados ao prazo adicional de 30 anos da concessão somente passarão a ser consumidos a partir dessa data.

Consequentemente, a Companhia concluiu que a amortização do ativo intangível decorrente da renovação da concessão deve ter início em 11 de agosto de 2030, data em que o referido direito estará disponível para uso, em conformidade com a ICPC 01 (R1), com o CPC 04 (R1) – Ativo Intangível e com as disposições contratuais previstas no Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 60/2000-ANEEL.

Adicionalmente, o processo tarifário com efeitos a partir de 28 de agosto de 2026 será conduzido com base nas disposições do contrato de concessão prorrogado, observando as regras, parâmetros e mecanismos tarifários estabelecidos no novo modelo contratual aplicável às distribuidoras de energia elétrica.

1.2 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional, cujos efeitos foram iniciados em 2026, com período de transição compreendido entre 2026 e 2032.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. Complementarmente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026, que altera a Lei Complementar nº 214/2025 e dispõe sobre a fiscalização, o processo administrativo e a estrutura do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), e, em 29 de abril de 2026, foi editado o Decreto nº 12.955/2026, que regulamenta a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

O exercício de 2026 corresponde ao período de teste operacional, no qual ocorrem os fatos geradores e aplicam-se as alíquotas previstas em lei, permanecendo exigível o cumprimento das obrigações acessórias e ficando dispensado o recolhimento do IBS e da CBS para os contribuintes adimplentes com tais obrigações. A contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins permanecem integralmente exigíveis, e eventual recolhimento de IBS e CBS seria compensável ou ressarcível nos termos do art. 348, incisos I e II, da Lei Complementar nº 214/2025, de modo que o período de teste não representa ônus tributário adicional.

Em 20 de julho de 2026, o Conselho Federal de Contabilidade publicou a Orientação Técnica CFC nº 1/2026, de caráter não vinculante, que não adota posição prescritiva quanto ao reconhecimento contábil no período de teste, atribuindo a decisão ao julgamento profissional. No exercício desse julgamento, a Administração avaliou a conformidade da Companhia e de suas controladas com as obrigações acessórias e concluiu não se configurar obrigação presente com potencial de exigir a transferência de recursos econômicos, nos termos dos itens 4.43, alínea "b", e 4.45 da Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00 (R2)). Consequentemente, até 30 de junho de 2026, não foram reconhecidos passivos tributários de IBS e CBS nem os correspondentes créditos das operações de entrada. Eventual descumprimento das obrigações acessórias configuraria obrigação de natureza contingente, cuja saída de recursos não é considerada provável e que, portanto, não é objeto de reconhecimento, conforme CPC 25 / IAS 37 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A conclusão poderá ser revisada caso ocorram alterações legislativas, regulamentares ou interpretativas que modifiquem a avaliação atualmente adotada.

A Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação, avaliando os impactos contábeis à medida que novas definições forem estabelecidas.

Quando a cobrança se tornar efetiva, haverá mudança na forma de apresentação da receita. Atualmente, o ICMS, o PIS/Pasep e a Cofins integram a receita bruta e são apresentados como deduções até a receita líquida. O IBS e a CBS, por serem destacados do valor da operação e não representarem benefício econômico que permaneçam com a Companhia, não integrarão a receita em nenhuma linha da demonstração do resultado, conforme o CPC 47 / IFRS 15 — Receita de Contrato com Cliente. A receita passará a ser apresentada líquida desses tributos, com reflexos na comparabilidade entre exercícios, em razão da mudança estrutural da base de apresentação das operações.

Na data-base destas informações trimestrais, a Reforma Tributária sobre o Consumo não produziu impactos relevantes sobre o reconhecimento e a mensuração das operações da Companhia e de suas Controladas. Os impactos atualmente identificados referem-se, principalmente, às divulgações requeridas acerca dos efeitos esperados da implementação do novo modelo tributário e, quando da efetiva cobrança da CBS e do IBS, à forma de apresentação da receita na demonstração do resultado, o que poderá afetar a comparabilidade das informações entre os períodos.

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, previamente divulgadas. As informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas de forma condizente com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais.

As informações contábeis intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações contábeis anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamento e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações contábeis anuais.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e todos os valores estão arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de quaisquer incertezas, incluindo assuntos relacionados ao clima, que possam gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As informações contábeis intermediárias apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de agosto de 2026.

3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicáveis a essas informações contábeis intermediárias, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis anuais da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

3.1 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.1.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2026

A Companhia avaliou as normas novas ou alteradas que se tornaram aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2026 e não identificou impactos significativos em suas informações contábeis intermediárias e assim não precisou alterar suas políticas contábeis nem fazer ajustes retrospectivos em decorrência da adoção dessas normas novas ou alteradas.

Norma	Descrição da alteração	Vigência	Impactos contábeis
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7 – Instrumentos Financeiros (CPC 48 e CPC 40)	O IASB emitiu duas alterações às referidas normas, com igual vigência: (i) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros: esclarece o momento da baixa (<i>derecognition</i>) de passivos financeiros liquidados por meios eletrônicos de pagamento, com a introdução de opção contábil para reconhecer a extinção antes da entrega efetiva dos recursos quando atendidas condições determinadas, e a forma de análise dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros cujas taxas ou retornos estejam vinculados a metas ambientais, sociais e de governança (ASG), definindo se tais ativos qualificam-se para mensuração ao custo amortizado. Amplia, ainda, as exigências de divulgação relativas a participações societárias designadas a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e a instrumentos com cláusulas contingentes. (ii) Contratos que referenciam eletricidade dependente da natureza: aplica-se a contratos de compra e venda de energia de fontes cuja geração depende de condições naturais não controláveis (eólica e solar), tipicamente estruturados como contratos de longo prazo (<i>power purchase agreements</i> — PPAs). Esclarece a aplicação da exceção de “uso próprio” (<i>own-use</i>), permite a designação desses contratos como instrumentos de hedge em relações de fluxo de caixa e introduz novos requisitos de divulgação sobre seus efeitos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa.	01/01/2026	Sem impactos relevantes na aplicação inicial.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

Norma	Descrição da alteração	Vigência	Impactos contábeis
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Promovem alterações de esclarecimento, simplificação e correção nas seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial (CPC 37), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação (CPC 40), IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (CPC 48), IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas (CPC 36) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03 (R2)).	01/01/2026	Sem impactos relevantes.

3.1.2 Normas emitidas, mas não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Vigência	Avaliação de possíveis impactos
CPC 51/IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado, incluindo totais e subtotais especificados. A norma exige que todas as entidades classifiquem as receitas e despesas em cinco categorias — operacional, investimento, financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas —, e forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. O CPC 51/IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas relacionadas à demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração, incluindo a reconciliação com o subtotal mais diretamente comparável. A norma introduz, ainda, novos requisitos para a agregação e desagregação de informações com base nas funções identificadas nas demonstrações financeiras primárias e nas notas explicativas. Foram feitas alterações de escopo restrito ao CPC 03 (R2)/IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida do método indireto de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade na classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros, além de alterações consequentes em outras normas.	Aplicável aos períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, não sendo permitida a adoção antecipada no Brasil. A norma substituirá o CPC 26/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.	A Companhia está avaliando os impactos da norma, que se concentram na forma de apresentação e divulgação, sem afetar o reconhecimento ou a mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. Estão em revisão: (i) o mapeamento do plano de contas às cinco categorias e a reclassificação de receitas e despesas; (ii) a definição e a reconciliação das medidas de desempenho da Administração; (iii) os ajustes na demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto; e (iv) a preparação dos dados comparativos de 2026. A adoção da norma não deverá gerar ajustes nos saldos patrimoniais, sendo identificada a necessidade de reclassificação e reapresentação das informações comparativas dos relatórios citados na descrição da norma.
IFRS 20: Ativos e passivos regulatórios (sem norma contábil brasileira correspondente até o momento)	A IFRS 20 estabelece que a compensação por bens ou serviços regulados deve ser reconhecida no mesmo período em que tais bens ou serviços são fornecidos. A norma disciplina o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de ativos e passivos regulatórios, bem como de receitas e despesas regulatórias, complementando as informações já divulgadas sob outras IFRS, em especial o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos de clientes. A IFRS 20 introduz o conceito de "diferença temporal" entre o momento em que a entidade fornece os bens ou serviços regulados e o momento em que os cobra dos clientes por meio das tarifas, exigindo o reconhecimento de ativo ou passivo regulatório e da correspondente receita ou despesa regulatória, mensurados por técnica baseada em fluxo de caixa descontado à taxa de juros regulatória. Sua aplicação visa refletir, de forma fiel, os efeitos da regulação sobre o desempenho financeiro e a posição patrimonial da entidade, além de fornecer maior transparência quanto aos impactos nos fluxos de caixa futuros.	Aplicável aos períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2029. A norma substituirá a IFRS 14 – Contas de Diferimento Regulatório. A norma ainda não foi recepcionada no Brasil, estando pendente de edição do pronunciamento correlato pelo CPC e de referendo pela CVM, dos quais dependerá a eventual permissão de adoção antecipada.	A Companhia está acompanhando a evolução da norma, cujos efeitos são potencialmente relevantes por atuar em atividade regulada por tarifas. Contudo, a avaliação dos impactos e a definição do tratamento contábil a ser adotado dependem do posicionamento do CPC quanto à recepção e à disciplina de aplicação da norma no Brasil. A Companhia ainda não concluiu a quantificação dos efeitos e adotará as medidas necessárias após a manifestação do referido órgão.

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e depósitos bancários à vista	24.795	36.217
Equivalentes de caixa		
Aplicação direta		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	1.473	5.644
Subtotal de equivalentes de caixa	1.473	5.644
Total	26.268	41.861

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 30 de junho de 2026, equivale a 95,18% do CDI (100,69% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

5 Aplicações financeiras

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
Fundos de investimentos		
Cotas de fundos de investimentos	162.278	273.717
Cotas de fundos de investimento FIDC	42.765	20.814
Recursos vinculados (a)	52.184	66.463
Fundo aberto	82.790	179.042
Total circulante	340.017	540.036
Não circulante		
Recursos vinculados (a)	-	1.489
Total não circulante	-	1.489
Total	340.017	541.525

(a) Referem-se a aplicações restritas a garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso.

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras da Companhia no período findo em 30 de junho de 2026 equivale a 101,08% do CDI (101,90% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

6 Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos

	30/06/2026				31/12/2025			
	Vencidos				Vencidos			
	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total
Residencial	175.713	294.762	622.783	1.093.258	202.704	305.652	544.661	1.053.017
Industrial	19.660	2.667	6.972	29.299	20.680	2.390	5.852	28.922
Comercial	59.281	14.884	25.212	99.377	60.906	15.668	21.236	97.810
Rural	26.319	15.372	75.078	116.769	24.441	20.267	63.474	108.182
Poder público	62.152	27.161	17.869	107.182	61.006	12.753	15.454	89.213
Iluminação pública	7.839	1.054	3.192	12.085	5.695	1.965	1.290	8.950
Serviço público	32.054	14.444	15.743	62.241	32.441	12.606	13.691	58.738
Contas a receber de consumidores faturados	383.018	370.344	766.849	1.520.211	407.873	371.301	665.658	1.444.832
Residencial	120.586	15.137	141.662	277.385	109.294	13.901	146.466	269.661
Industrial	982	143	1.427	2.552	942	159	1.486	2.587
Comercial	5.307	750	8.138	14.195	4.629	520	8.811	13.960
Rural	9.043	1.027	7.178	17.248	7.534	1.053	6.652	15.239
Poder público	27.031	873	1.510	29.414	25.826	504	1.408	27.738
Iluminação pública	8.194	393	282	8.869	9.414	220	393	10.027
Serviço Público	22.627	1.924	2.288	26.839	19.265	1.382	1.918	22.565
Parcelamentos (a)	193.770	20.247	162.485	376.502	176.904	17.739	167.134	361.777
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	206.052	-	-	206.052	205.795	-	-	205.795
Baixa renda (c)	134.485	-	-	134.485	105.925	-	-	105.925
Outras (d)	77.663	-	-	77.663	67.096	-	-	67.096
Subtotal	994.988	390.591	929.334	2.314.913	963.593	389.040	832.792	2.185.425
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(80.757)	(48.465)	(614.301)	(743.523)	(87.410)	(45.427)	(548.445)	(681.282)
Total contas a receber de clientes	914.231	342.126	315.033	1.571.390	876.183	343.613	284.347	1.504.143
Circulante				1.496.693				1.435.898
Não circulante				74.697				68.245

- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados no contas a receber referente aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente, cujo saldo acumulado totaliza R\$ 10.178 em 30 de junho de 2026 (R\$ 12.595 em 31 de dezembro de 2025), a variação desse saldo no período, no montante líquido de R\$ 2.417, representa o efeito reconhecido no resultado financeiro, conforme nota explicativa nº 23 – Resultado Financeiro;
- (b) As contas a receber de consumidores não faturados corresponde ao consumo estimado baseado no ciclo de leitura, o qual é encerrado após o período de fechamento contábil;
- (c) O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212/2010 e nº 10.438/2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda; e
- (d) Corresponde aos saldos de juros de mora, multas por auto religação, por inadimplência e atrasos.

6.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	31/12/2025	Provisões/ Reversões (b)	Baixas	30/06/2026
Contas a receber de consumidores faturados	(450.585)	(83.077)	23.789	(509.873)
Parcelamentos	(200.719)	(16.277)	14.777	(202.219)
Contas a receber de consumidores não faturados	(6.484)	(111)	-	(6.595)
Outras (a)	(23.494)	(3.260)	1.918	(24.836)
Total	(681.282)	(102.725)	40.484	(743.523)

- (a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 1000 de 7 de dezembro de 2021; e
- (b) A movimentação líquida do período gerou um complemento de provisão, no montante de R\$ 102.725, com impacto no resultado operacional e financeiro de R\$ 102.069 e R\$ 656, respectivamente, conforme notas explicativas nº 20 – Custos do serviço e despesas operacionais e nº 23 – Resultado Financeiro. A Companhia revisou e atualizou a matriz de provisão utilizada na apuração da PECLD, visando refletir de forma mais tempestiva as variações no perfil de risco da carteira de clientes. Não houve alteração da política contábil divulgada nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025, nem da metodologia de mensuração nela descrita. A alteração decorre da atualização dos parâmetros e premissas utilizados na elaboração da estimativa, caracterizando-se como mudança de estimativa contábil, nos termos do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, com efeitos reconhecidos prospectivamente e sem reapresentação de períodos anteriores.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

	31/12/2025	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	30/06/2026
Parcela A						
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	27.980	52.313	676	4.938	-	85.907
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	8.014	(3.752)	(6.327)	213	-	(1.852)
Rede básica	32.750	14.431	(17.775)	1.910	-	31.316
Compra de energia CVA (b)	102.136	127.389	(919)	8.862	-	237.468
ESS - Encargos do serviço do sistema (c)	7.080	14.482	(10.124)	299	-	11.737
Subtotal	177.960	204.863	(34.469)	16.222	-	364.576
Itens financeiros						
Sobrecontratação de energia (d)	(1.330)	11.820	3.497	421	-	14.408
Neutralidade (e)	(39.114)	(3.538)	6.421	(1.815)	-	(38.046)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(101.104)	(10.095)	9.518	(5.848)	-	(107.529)
Risco hidrológico	(106.465)	-	(399)	(60)	-	(106.924)
Compensação créditos PIS/COFINS	103	-	(80)	-	-	23
CDE Modicidade Tarifária (f)	(4.355)	-	3.217	(146)	-	(1.284)
Outros	(7.490)	12.982	23.325	(59)	(5.186)	23.572
Subtotal	(259.755)	11.169	45.499	(7.507)	(5.186)	(215.780)
Total	(81.795)	216.032	11.030	8.715	(5.186)	148.796
Circulante						
Valores a receber	206.094					99.093
Valores a devolver	(269.746)					-
Efeito líquido circulante ativo (passivo)	(63.652)					99.093
Não circulante						
Valores a receber	146.803					49.703
Valores a devolver	(164.946)					-
Efeito líquido não circulante ativo (passivo)	(18.143)					49.703
Efeito líquido total	(81.795)					148.796

- (a) A conta de CDE foi impactada no período principalmente pelos custos com a quota CDE USO, de acordo com a REH nº 3.564 de 09 de dezembro de 2025 ser maior que a cobertura tarifária concedida no processo tarifário de 2025, no valor de constituição de R\$ 52.313;
- (b) O saldo da CVA de energia teve como principais impactos no período: (i) o efeito de disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras, para atendimento do mercado, com movimento positivo de constituição de R\$ 189.907; (ii) o efeito negativo da variação da compra de energia em relação a cobertura tarifária de R\$ 87.266 e (iii) o efeito positivo de R\$ 24.748 referente a provisão de neutralidade de receita bandeira tarifária faturada de maio e junho não homologada pela ANEEL, totalizando um movimento de constituição de R\$ 127.389;
- (c) O ESS (Encargo de Serviço do Sistema) está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças). O ONS (Operador Nacional do Sistema) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi inferior aos custos efetivamente pagos, sendo o principal efeito a constituição positiva de R\$ 14.482;
- (d) A constituição ativa de R\$ 11.820 deve-se à venda no mercado de curto prazo a um PLD médio inferior ao preço médio de compra de energia das distribuidoras;
- (e) A Neutralidade de encargos é calculada a partir das diferenças mensais entre os valores faturados de cada item dos encargos setoriais durante o período de referência e os valores previstos no processo tarifário anterior, ajustados pela taxa SELIC, conforme regulamentação vigente. No período atual, foi reconhecido um saldo negativo de R\$ 3.538; e
- (f) A política de Modicidade Tarifária da CDE é uma ferramenta essencial para a sustentabilidade econômico-financeira do setor elétrico e para a proteção do consumidor, garantindo a equidade na distribuição dos encargos setoriais e a moderação das tarifas de energia.

Anualmente, a ANEEL apura os novos índices do Reajuste Tarifário Anual (RTA) da Companhia, adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e atualizando a Parcela B pelo IPCA deduzindo do Fator X. A cada quatro anos ocorre a Revisão Tarifária Periódica (RTP), sendo a próxima revisão em 2029, quando também é feita a revisão da base da Parcela B (custos gerenciáveis).

No mês de agosto de 2025, a ANEEL apurou o novo índice da revisão tarifária da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes da Resolução Homologatória nº 3.512, de 26 de agosto de 2025, foram reajustadas, em média, 17,90%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da Distribuidora, vigente de 28 de agosto de 2025 a 27 de agosto de 2026.

Além dos efeitos acima descritos no período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 2.564 (R\$ 204.166 em 31 de dezembro de 2025) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 80 (R\$ 157.084 em 31 de dezembro de 2025) obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes e R\$ 2.484 (R\$ 47.082 em 31 de dezembro de 2025) recebendo por meio da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT). A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

8 Partes relacionadas

Em 30 de junho de 2026, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, dividendos, empréstimos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Companhias	Notas	30/06/2026		31/12/2025	30/06/2025
		Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Contas a receber de clientes					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Associação para Assinatura de Energia	(b)	231	1.383	226	1.473
Total		231	1.383	226	1.473
Outros créditos a receber - (bens materiais)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	242	-	281	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	2.684	-	-	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	538	-	1.131	-
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(a)	-	-	546	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	296	-	-	-
E-nova Geração Distribuída S.A.	(f)	-	32	-	50
Total		3.760	32	1.958	50
Outros créditos a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(m)	23.015	41.896	13.044	26.803
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(m)	6.020	11.825	4.501	6.863
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(m)	9.207	17.880	6.128	-
Equatorial Serviços S.A.	(p)	2.162	-	2.072	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(m)	8.283	16.135	4.323	11.130
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(m)	2.370	4.908	1.237	2.399
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(m)	21.921	43.047	11.422	27.381
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(c)	-	-	-	106
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(c)	-	-	-	101
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(c)	-	-	-	151
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(c)	-	-	-	276
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(c)	-	-	-	116
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(c)	-	-	-	126
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(c)	-	-	-	202
Total		72.978	135.691	42.727	75.654

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

		30/06/2026		31/12/2025	30/06/2025
	Notas	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(3.968)	-	-	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(2.556)	(9.439)	-	(9.390)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	-	(386)	-
Equatorial Serviços S.A.	(d)	(4.000)	(11.434)	(9.471)	(17.760)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(a)	(2.448)	-	(2.116)	-
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(a)	(113)	-	(376)	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(3.692)	-	(1.951)	-
Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial (ICT)	(e)	(1.391)	-	(1.043)	-
E-nova Geração Distribuída S.A.	(a)	-	-	-	(388)
Equatorial Telecomunicações S.A.	(k)	(572)	(5.692)	(4.884)	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(g)	-	-	-	(487)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(g)	-	-	-	(434)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(g)	-	-	-	(635)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(g)	-	-	-	(1.140)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(g)	-	-	-	(522)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(g)	-	-	-	(655)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(g)	-	-	-	(620)
Total		(18.740)	(26.565)	(20.227)	(32.031)
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(m)	(4.737)	(8.667)	(6.378)	(5.580)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(m)	(2.189)	(3.900)	(1.999)	(2.459)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(m)	(1.515)	(2.923)	(2.619)	(2.100)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(m)	(1.722)	(3.492)	(2.334)	(2.149)
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(m)	(238)	(518)	(614)	(677)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(m)	(4.164)	(7.835)	(6.264)	(5.744)
Instituto Equatorial	(n)	-	(2.987)	-	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(c)	-	-	-	(2)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(c)	-	-	-	(17)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(c)	-	-	-	(3)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(c)	-	-	-	(475)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(c)	-	-	-	(2)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(c)	-	-	-	(3)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(c)	-	-	-	(4)
Controladora indireta					
Equatorial S.A.	(h)	(11.168)	(7.953)	(7.175)	(8.564)
Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Equatorial Energia Fundação de Previdência – EQTPREV	(o)	-	-	-	(3.167)
Total		(25.733)	(38.275)	(27.383)	(30.946)
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial Energia Distribuição S.A.	(l)	-	-	(91.130)	-
Outros tipos de partes relacionadas					
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (AXIA Energia S.A.)		-	-	(46.960)	-
Outros		(1.779)	-	(3.615)	-
Total		(1.779)	-	(141.705)	-

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

		30/06/2026		31/12/2025	
	Notas	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Investimentos em serviço (bens em comodato)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(i)	17	(17)	17	(17)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A	(j)	44	(44)	45	(45)
Total		61	(61)	62	(62)

- (a) Os valores são provenientes da compra e venda de materiais diversos;
- (b) Os valores são provenientes do contrato de uso da rede de energia;
- (c) O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a junho de 2025 do contrato de compartilhamento. Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. e suas controladas e os saldos foram mantidos na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa;
- (d) Os valores são provenientes do contrato de serviços *call center*, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração de 60 meses;
- (e) Os valores referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa;
- (f) Saldos referentes ao contrato de arrendamento de terrenos, no qual a Companhia atua como arrendadora;
- (g) O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a junho de 2025 dos serviços prestados por meio da tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Em 31 de outubro de 2025 foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. e suas controladas e os saldos foram mantidos na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa;
- (h) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado o Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a companhia (Contratante) e a Equatorial S.A. (Contratada), estabelecendo as condições para eventual remuneração das garantias prestadas sob a forma de aval/fiança em contratos. Conforme previsto nas condições contratuais, a prestação da garantia poderá estar sujeita a remuneração equivalente a 1% a.a. (um por cento ao ano), pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (i) Relação de ativos cedidos em comodato no período findo em 30 de junho de 2026 de forma não onerosa pelo prazo de 06 (seis), 11 (onze) e 24 (vinte e quatro) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (j) Relação de ativos cedidos em comodato no período findo em 30 de junho de 2026 de forma não onerosa pelo prazo de 32 (trinta e dois) e 13 (treze) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (k) A contratação de serviço é proveniente de serviços de telefonia, integração de telecomunicações de internet que usa os serviços de fibra óptica, com duração de 60 meses;
- (l) O valor refere-se à distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2025;
- (m) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021. As despesas líquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 82.962 ao ano, por um período de 60 meses;
- (n) Refere-se ao reconhecimento de despesas de doações concedidas a parte relacionada, sem expectativa de contraprestação, registradas no resultado do período;
- (o) Os valores são provenientes das contribuições da patrocinadora da Companhia com sua Fundação de Previdência Complementar; e
- (p) O valor refere-se a créditos a receber decorrentes de processos judiciais relacionados à cobrança de seguros nas faturas de energia.

8.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Comitê de Auditoria Estatutário, Conselho de Administração e Fiscal, o Presidente e Diretores. A remuneração global dos administradores foi fixada em até R\$ 29.206, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2026 (R\$ 26.800, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2025). Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

Os benefícios pós-empregos estão descritos na nota explicativa nº 24 – Benefício pós-emprego, das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025 e referem-se aos planos de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar o sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos possuem o benefício de planos de opção de compra de ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 18 – Planos de incentivos de longo prazo.

A proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente aos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025:

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Remuneração fixa anual	1.592	3.096	1.560	3.013
Salário ou Pró-labore	1.468	2.848	1.452	2.791
Benefícios diretos e indiretos	124	248	108	222
Remuneração variável	7.760	7.760	6.467	6.910
Benefícios pós emprego	82	156	25	50
Remuneração baseada em ações	3.692	6.825	2.118	3.295
Valor total da remuneração	13.126	17.837	10.170	13.268

8.2 Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia podem contar com aval e/ou fiança do controlador, bem como com conta reserva e recebíveis, conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais.

9 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2025	Atualização do ativo financeiro	Transferência - ativo de contrato	Baixas	Reclassificações (a)	30/06/2026
Ativo financeiro	7.046.340	183.002	150.164	(1.861)	(7.223.043)	154.602
Obrigações especiais	(1.103.193)	(4.861)	(12.977)	-	1.121.031	-
Total ativo financeiro da concessão	5.943.147	178.141	137.187	(1.861)	(6.102.012)	154.602

(a) Em decorrência da Renovação da concessão descrita na Nota Explicativa nº 1.1, a Companhia promoveu a reclassificação de R\$ 7.223.043 do ativo financeiro da concessão e de R\$ 1.121.031 das obrigações especiais para a rubrica de ativo intangível, totalizando efeito líquido de R\$ 6.102.012. A movimentação representa exclusivamente reclassificação entre rubricas patrimoniais, sem impacto no resultado ou no fluxo de caixa do período. Os efeitos da reclassificação no ativo intangível estão apresentados na Nota Explicativa nº 10.1.a.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

10 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	30/06/2026			
		Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,15%	13.466.393	(4.151.079)	(1.475.035)	7.840.279
Total		13.466.393	(4.151.079)	(1.475.035)	7.840.279

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	31/12/2025			
		Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,18%	5.959.304	(3.916.379)	(353.085)	1.689.840
Total		5.959.304	(3.916.379)	(353.085)	1.689.840

10.1 Movimentação do ativo intangível

	31/12/2025	Adições	Baixas	Transferências Ativo de contrato	Reclassificações (a)	30/06/2026
Em serviço	5.959.304	-	(8.440)	292.486	7.223.043	13.466.393
(-) Amortização	(3.916.379)	(241.938)	7.238	-	-	(4.151.079)
Total em serviço	2.042.925	(241.938)	(1.202)	292.486	7.223.043	9.315.314
Obrigações especiais	(1.271.525)	-	-	(40.297)	(1.121.031)	(2.432.853)
(-) Amortização	918.440	39.378	-	-	-	957.818
Total em obrigações especiais	(353.085)	39.378	-	(40.297)	(1.121.031)	(1.475.035)
Total	1.689.840	(202.560)	(1.202)	252.189	6.102.012	7.840.279

(a) Ver informações da nota explicativa nº 1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica e no item (a) da nota explicativa nº 9 - Ativo financeiro da concessão.

A Companhia avaliou, e não há nenhum indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável para o período findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

11 Ativos de contrato

A movimentação de ativos de contrato está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2025	Adições (a)	Transferências		30/06/2026
			Ativo intangível	Ativo financeiro (b)	
Ativos de contrato	719.895	603.579	(292.486)	(150.164)	880.824
Obrigações especiais	(238.104)	(18.885)	40.297	12.977	(203.715)
Total ativos de contrato	481.791	584.694	(252.189)	(137.187)	677.109

(a) O montante de R\$ 584.694 refere-se às adições líquidas dos ativos de contratos reconhecidas no período. Deste total, R\$ 522.530 impactaram o caixa da Companhia, menos o montante de R\$ 9.238 referente a provisão para perda de estoques e obras líquidas, conforme nota explicativa nº 22 – Outras receitas (despesas) operacionais e, conforme nota explicativa nº 25.1 – Transações que não afetam caixa R\$ 20.425 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 46.640 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas e R\$ 4.337 refere-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos, ver informações na nota explicativa nº 13 – Empréstimos e financiamentos; e

(b) Correspondem às transferências dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão.

A Companhia avaliou e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado indicativo de perda ao valor recuperável do ativo, e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída no período findo em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025. Os valores dos bens em construção estão sujeitos a fiscalização da ANEEL.

12 Fornecedores

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
Suprimento de energia elétrica (a)	312.822	344.708
Encargos de uso da rede elétrica	85.001	71.804
Materiais e serviços	244.155	206.603
Partes relacionadas - nota explicativa nº 8	18.740	20.227
Total circulante	660.718	643.342
Não Circulante		
Materiais e serviços	21.544	23.003
Total não circulante	21.544	23.003
Total fornecedores	682.262	666.345

- (a) O saldo em 30 de junho de 2026 apresentou uma redução de R\$ 31.886 em relação a 31 de dezembro de 2025, em função das seguintes variações: (i) redução de R\$ 32.409 nas despesas em aberto referentes aos contratos de energia; e (ii) aumento de 523 nas despesas do Mercado de Curto Prazo.

O saldo de fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 50 dias (44 dias em 31 de dezembro de 2025).

12.1 Fornecedores – Risco sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). A Companhia disponibiliza as faturas performadas através de uma plataforma 100% digital que também é acessada pelo fornecedor para selecionar as faturas que deseja antecipar, e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual a Companhia é cotista. A Companhia quita a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada.

Em 30 de junho de 2026, o saldo de fornecedores – risco sacado é de R\$ 47.615 (R\$ 56.149 em 31 de dezembro de 2025), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade, ele recebe de imediato o valor de sua fatura e, portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC.

Os pagamentos dessas transações que impactaram o fluxo de caixa da Companhia em 30 de junho de 2026 foram de R\$ 146.365 (R\$ 166.734 em 30 de junho de 2025). O prazo médio de pagamento destes títulos é de 53 dias (72 dias em 31 de dezembro de 2025).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

13 Empréstimos e financiamentos

13.1 Composição do saldo

	Custo da dívida (% a.a.)	30/06/2026		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira				
CDI	0,61% até 1,36%	11.968	901.774	913.742
Subtotal		11.968	901.774	913.742
(-) Custo de transação		(345)	(3.441)	(3.786)
Total moeda estrangeira		11.623	898.333	909.956
Moeda nacional				
CDI	0,12%	24.785	379.427	404.212
IPCA	4,11% até 5,96%	195.356	1.393.671	1.589.027
Subtotal		220.141	1.773.098	1.993.239
(-) Custo de transação		(992)	(13.113)	(14.105)
Total moeda nacional		219.149	1.759.985	1.979.134
Total empréstimos e financiamentos		230.772	2.658.318	2.889.090

	Custo da dívida (% a.a.)	31/12/2025		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira				
CDI	1,05% até 1,15%	9.022	684.317	693.339
Total moeda estrangeira		9.022	684.317	693.339
Moeda nacional				
CDI	0,12%	24.829	391.723	416.552
IPCA	4,11% até 5,96%	189.560	1.438.629	1.628.189
Subtotal		214.389	1.830.352	2.044.741
(-) Custo de transação		(992)	(13.609)	(14.601)
Total moeda nacional		213.397	1.816.743	2.030.140
Total empréstimos e financiamentos		222.419	2.501.060	2.723.479

13.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	213.397	1.816.743	9.022	684.317	2.723.479
Ingressos	-	-	-	262.000	262.000
Encargos (a)	50.799	-	20.633	-	71.432
Variação monetária e cambial	6.705	58.927	-	(44.543)	21.089
Transferências	102.494	(102.494)	(422)	422	-
Marcação a valor justo da dívida (b)	(829)	(13.191)	-	-	(14.020)
Amortizações de principal	(102.932)	-	-	-	(102.932)
Pagamentos de juros	(50.981)	-	(17.688)	-	(68.669)
Custo de transação (c)	496	-	78	(3.863)	(3.289)
Saldo em 30 de junho de 2026	219.149	1.759.985	11.623	898.333	2.889.090

(a) O montante de R\$ 71.432 refere-se a encargos reconhecidos no período, onde R\$ 67.095 impactou o resultado financeiro da Companhia e R\$ 4.337 referente à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos. Ver informações na nota explicativa nº 11 - Ativos de contrato;

(b) O saldo é composto da marcação a valor justo das dívidas que são objeto de *swaps* contabilizados pelo método do *hedge* a valor justo; e

(c) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

13.3 Cronograma de amortização da dívida

Em 30 de junho de 2026, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	30/06/2026	
	Valor	%
Circulante	230.772	8%
2027	485.664	17%
2028	528.187	18%
2029	281.586	10%
2030	200.665	7%
Após 2030	1.178.770	41%
Subtotal	2.674.872	93%
(-) Custo de transação (não circulante)	(16.554)	-1%
Não circulante	2.658.318	92%
Total empréstimos e financiamentos	2.889.090	100%

13.4 Covenants dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias, recebíveis e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

Covenants Empréstimos	Scotiabank	FINDEV	SMBC
1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,0	2,0	2,0

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

No período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Adicionalmente a Companhia possui contratos financeiros junto ao BNDES sujeitos ao cumprimento de *covenants* financeiros, apurados anualmente com base em informações auditadas. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrava-se em conformidade com os limites estabelecidos contratualmente.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

14 Debêntures

14.1 Composição do saldo

Moeda nacional	Custo da dívida (% a.a.)	30/06/2026			31/12/2025		
		Principal e encargos			Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CDI	0,29% até 0,95%	20.097	1.058.231	1.078.328	20.155	1.059.380	1.079.535
IPCA	6,30%	909	340.775	341.684	877	328.483	329.360
Subtotal		21.006	1.399.006	1.420.012	21.032	1.387.863	1.408.895
(-) Custo de transação		(3.146)	(22.191)	(25.337)	(3.146)	(23.764)	(26.910)
Total moeda nacional		17.860	1.376.815	1.394.675	17.886	1.364.099	1.381.985
Total empréstimos e financiamentos		17.860	1.376.815	1.394.675	17.886	1.364.099	1.381.985

14.2 Movimentação das debêntures

	Moeda nacional		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	17.886	1.364.099	1.381.985
Encargos	65.971	-	65.971
Transferências	(1.573)	1.573	-
Pagamentos de juros	(65.997)	-	(65.997)
Variação monetária e cambial	-	34.048	34.048
Marcação a valor justo da dívida (a)	-	(22.905)	(22.905)
Custo de transação (b)	1.573	-	1.573
Saldo em 30 de junho de 2026	17.860	1.376.815	1.394.675

(a) O saldo é composto da marcação a valor justo das dívidas que são objeto de *swaps* contabilizados pelo método do *hedge* a valor justo; e

(b) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

14.3 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento	30/06/2026	
	Valor	%
Circulante	17.860	1%
2028	166.667	12%
2029	307.442	22%
2030	266.667	19%
Após 2030	658.230	48%
Subtotal	1.399.006	101%
(-) Custo de transação (Não circulante)	(22.191)	-2%
Não circulante	1.376.815	99%
Total debêntures	1.394.675	100%

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

14.4 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia possuem *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

Covenants debêntures	10ª emissão debêntures	11ª emissão debêntures	12ª emissão debêntures
1ª Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	2,0	2,0	2,0

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos contratos. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas.

No período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

15 Impostos de renda e contribuição social corrente e diferidos

15.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	30/06/2026	31/12/2025
Diferenças temporárias (ativo):		
Provisão para riscos judiciais	61.625	60.332
PECLD	254.659	233.390
Receitas/custos de construção – CPC 47/IFRS 15	878	1.112
Arrendamentos – CPC 06 (R2)/IFRS 16	23	9
Provisão para participação nos lucros	8.295	15.090
Provisão para perda de estoque	16.430	13.289
Ajuste a valor presente	3.460	4.282
Provisões atuariais	3.812	3.660
Variação <i>swap</i>	66.771	32.547
Provisão para pagamento baseado em ações	32.866	29.826
Outras despesas não dedutíveis	14.577	13.291
Subtotal	463.396	406.828
Diferenças temporárias (passivo):		
Depreciação acelerada	(243.655)	(254.951)
Atualização do ativo financeiro VNR	(547.725)	(487.157)
Instrumentos financeiros – CPC48/IFRS 9	(266.687)	(247.178)
Variação cambial	(37.279)	(22.134)
Marcação a valor justo da dívida	(19.422)	(6.867)
Subtotal	(1.114.768)	(1.018.287)
Total tributo diferido ativo (passivo)	(651.372)	(611.459)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

15.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2025	Reconhecimento no resultado	Resultados abrangentes	30/06/2026		
				Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para riscos judiciais	60.332	1.293	-	61.625	61.625	-
PECLD	233.390	21.269	-	254.659	254.659	-
Instrumentos financeiros - CPC 48/ IFRS 9	(247.178)	(19.509)	-	(266.687)	-	(266.687)
Atualização do ativo financeiro VNR	(487.157)	(60.568)	-	(547.725)	-	(547.725)
Depreciação acelerada	(254.951)	11.296	-	(243.655)	-	(243.655)
Provisões atuariais	3.660	152	-	3.812	3.812	-
Provisão/Reversão para participação nos lucros	15.090	(6.795)	-	8.295	8.295	-
Provisão para pagamento baseado em ações	29.826	3.040	-	32.866	32.866	-
Provisão para perda de estoque	13.289	3.141	-	16.430	16.430	-
Variação <i>swap</i>	32.547	29.380	4.844	66.771	66.771	-
Variação cambial	(22.134)	(15.145)	-	(37.279)	-	(37.279)
Marcação a valor justo da dívida	(6.867)	(12.555)	-	(19.422)	-	(19.422)
Receitas/custos de construção - CPC 47/IFRS 15	1.112	(234)	-	878	878	-
Arrendamentos - CPC 06 (R2)/IFRS 16	9	14	-	23	23	-
Ajuste a valor presente - AVP	4.282	(822)	-	3.460	3.460	-
Outras despesas não dedutíveis	13.291	1.286	-	14.577	14.577	-
Total	(611.459)	(44.757)	4.844	(651.372)	463.396	(1.114.768)

15.3 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) reconhecida no resultado, no período findo em 30 de junho de 2026 e 2025, está demonstrada a seguir:

	01/04/2026 a 30/06/2026		01/01/2026 a 30/06/2026		01/04/2025 a 30/06/2025		01/01/2025 a 30/06/2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	300.185	300.185	629.047	629.047	315.764	315.764	493.246	493.246
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(75.046)	(27.017)	(157.262)	(56.614)	(78.941)	(28.419)	(123.312)	(44.392)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro								
Outras (adições) exclusões permanentes	(660)	16	(1.879)	48	644	411	984	754
Incentivo PAT	1.231	-	2.433	-	998	-	1.583	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	115	-	220	-	72	-	116	-
IRPJ Subvenção Governamental	52.468	-	107.610	-	69.757	-	93.494	-
Parcelamento IRPJ/CSLL (anos anteriores)	-	-	-	-	(4.013)	(215)	(4.013)	(215)
IRPJ e CSLL correntes/diferidos no resultado	(21.892)	(27.001)	(48.878)	(56.566)	(11.483)	(28.223)	(31.148)	(43.853)
Alíquota efetiva	7%	9%	8%	9%	4%	9%	6%	9%
Imposto corrente	(1.393)	(17.785)	(18.611)	(42.076)	(21.082)	(29.722)	(21.082)	(36.255)
Imposto diferido	(20.499)	(9.216)	(30.267)	(14.490)	9.599	1.499	(10.066)	(7.598)

16 Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	30/06/2026		31/12/2025	
	Provisão	Depósitos vinculados	Provisão	Depósitos vinculados
Cíveis	53.444	32.858	52.657	27.936
Fiscais	84.355	114.933	84.355	111.655
Trabalhistas	6.362	9.191	5.986	8.318
Regulatórias	11.299	-	10.575	-
Total	155.460	156.982	153.573	147.909
Circulante	10.407	557	20.738	844
Não circulante	145.053	156.425	132.835	147.065

16.1 Movimentação dos processos no período

	31/12/2025			30/06/2026		
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	52.657	15.193	(19.570)	(4.837)	10.001	53.444
Fiscais	84.355	-	-	-	-	84.355
Trabalhistas	5.986	866	(910)	(423)	843	6.362
Regulatórios	10.575	-	-	-	724	11.299
Total contingências	153.573	16.059	(20.480)	(5.260)	11.568	155.460

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
 (2) Reversões realizadas durante o período; e
 (3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos.

No período findo em 30 de junho de 2026, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Adicionalmente, a Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e fiscal em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	30/06/2026	31/12/2025
Cíveis	57.422	56.605
Fiscais	5.648	5.648
Trabalhistas	6.050	5.405
Total	69.120	67.658

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

O capital subscrito e integralizado no período findo em 30 de junho de 2026 é de R\$ 1.863.606 (R\$ 1.863.606 em 31 de dezembro de 2025), o capital autorizado é de R\$ 2.200.000 (R\$ 2.200.000 em 31 de dezembro de 2025), sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	30/06/2026			Total	%
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas Classe A	Ações preferenciais nominativas Classe B		
Equatorial Energia Distribuição S.A.	105.120.627	768.694	1.008.683	106.898.004	65,11%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (AXIA Energia S.A.)	53.777.259	459.387	609.069	54.845.715	33,41%
Outros	2.421.053	11.150	7.977	2.440.180	1,48%
Total (a)	161.318.939	1.239.231	1.625.729	164.183.899	100%

(a) Não houve alteração na composição acionária da Companhia entre o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o período findo em 30 de junho de 2026.

Dentro do limite do capital autorizado e das espécies e classes das ações existentes, independente de reforma estatutária, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações para aumento de capital social da Companhia. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em quaisquer emissões de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja alocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do art.172 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

As ações preferenciais, com exceção das emitidas até 31 de dezembro de 1996, não são conversíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade de reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido, no caso de liquidação da Companhia, tendo prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 6% (seis por cento) a.a. para as de classe "A" e 10% (dez por cento) a.a. para as de classe "B", calculados sobre o seu valor patrimonial antes da apropriação do resultado do exercício a que se referir o dividendo. Não há outros direitos, restrições na distribuição de dividendos ou em reembolso de capital.

17.2 Resultado por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Resultado por ação*), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do período com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído. Em 30 de junho de 2026 e 2025, a Companhia não possuía categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

	30/06/2026			
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Total
Numerador:				
Lucro líquido do período	514.466	3.951	5.186	523.603
Denominador:				
Média ponderada por classe de ações (em milhares)	161.319	1.239	1.626	164.184
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	3,18912	3,18912	3,18912	3,18912

	30/06/2025			
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Total
Numerador:				
Lucro líquido do período	410.947	3.156	4.142	418.245
Denominador:				
Média ponderada por classe de ações (em milhares)	161.319	1.239	1.626	164.184
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	2,54742	2,54742	2,54742	2,54742

18 Planos de incentivos de longo prazo

A Equatorial S.A. instituiu planos de incentivo de longo prazo a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo").

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governança e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável.

18.1 Quinto Plano de Opção de Compra de Ações

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

a. Movimentação durante o período

	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
	30/06/2026	30/06/2026	31/12/2025	31/12/2025
<i>Em opções</i>				
Existentes em 1º de janeiro	262.700	-	656.400	-
Encerrados ao fim do período/exercício 2ª Outorga	-	-	(80.800)	-
Encerrados ao fim do período/exercício 3ª Outorga	-	-	(138.200)	-
Encerrados ao fim do período/exercício 4ª Outorga	(26.750)	-	(114.700)	-
Encerrados ao fim do período/exercício 6ª Outorga	-	-	(60.000)	-
Encerrados ao fim do período/exercício 7ª Outorga	(35.000)	-	-	-
Existentes ao fim do período/exercício 4ª Outorga	65.950	22,12	92.700	22,67
Existentes ao fim do período/exercício 5ª Outorga	40.000	22,64	40.000	22,64
Existentes ao fim do período/exercício 7ª Outorga	95.000	30,11	130.000	30,11
Total existentes ao fim do período/exercício	200.950	-	262.700	-

A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 30 de junho de 2026 era de 4,15 anos (4,26 anos, em 31 de dezembro de 2025). Não houve novas outorgas durante o período findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado no plano para o período findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Premissas	30/06/2026	31/12/2025
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$)	13,43	13,19
Rendimento de dividendos (%)	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas
Volatilidade esperada (%)	31,32	31,13
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos) (%)	11,13	11,42
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,15	4,26
Média ponderada do preço das ações (R\$)	30,21	28,87
Modelo utilizado	Black-Scholes	Black-Scholes

A despesa reconhecida na Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no período findo em 30 de junho de 2026 foi de R\$ 69 (R\$ 402 em 30 de junho de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period*, que é avaliado em cada data-base.

18.2 Plano de Outorga de "Matching Shares"

As Ações *Matching Shares* referentes ao Programa de 2024 serão entregues aos participantes em quatro tranches iguais, correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do total em cada data de aniversário da outorga. A entrega ocorrerá em até 60 (sessenta) dias contados de cada data de cumprimento do respectivo período de carência.

As Ações *Matching Shares* referentes aos Programas de 2025 e 2026 foram entregues aos participantes na Data de Outorga, permanecendo bloqueadas até o cumprimento do respectivo período de carência. O desbloqueio ocorrerá em até 60 (sessenta) dias contados da data de cumprimento da carência.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

O valor justo por ação para cálculo da despesa é equivalente à média ponderada por volume de negociação em Reais das ações de emissão da Companhia nos 60 (sessenta) pregões anteriores à Data de Outorga ou ao preço do pregão no dia anterior à Data de Outorga, o que for menor.

	Número de ações	Valor justo médio ponderado	Número de ações	Valor justo médio ponderado
	30/06/2026	30/06/2026	31/12/2025	31/12/2025
<i>Em ações</i>				
Existentes em 1º de janeiro	275.027	31,86	88.944	31,12
Outorgadas durante o período/exercício	222.342	40,44	186.083	32,22
Existentes ao fim do período/exercício 1ª Outorga	88.944	31,12	88.944	31,12
Existentes ao fim do período/exercício 2ª Outorga	196.867	32,22	186.083	32,22
Existentes ao fim do período/exercício 3ª Outorga	211.558	40,44	-	-
Existentes ao fim do período/exercício	497.369	35,52	275.027	31,86

O montante reconhecido na Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no período findo em 30 de junho 2026 foi de R\$ 3.087 (R\$ 956 em 30 de junho de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period*, que é avaliado em cada data base.

18.3 Plano de outorga de "Phantom Shares"

A Companhia possui três contratos ativos de "Phantom Shares" referentes aos anos de 2023, 2025 e 2026.

O valor justo da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do período de 30 de junho de 2026, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração das métricas de *performance* definidas, a Companhia fez jus aos referidos programas. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para a Equatorial Maranhão, caso as métricas de *performance* forem atingidas, considerando todos os programas ativos:

	Número de ações	Valor justo médio ponderado	Número de ações	Valor justo médio ponderado
	30/06/2026	30/06/2026	31/12/2025	31/12/2025
<i>Em ações</i>				
Existentes em 1º de janeiro	1.571.229	38,41	1.256.990	31,60
Outorgadas durante o exercício	601.738	-	793.916	-
Cancelamento/transferência (a)	(63.555)	-	(104.677)	-
Pagamentos	(383.500)	-	(375.000)	-
Existentes ao fim do período/exercício	1.725.912	42,29	1.571.229	38,41

(a) Os cancelamentos se referem a ações de colaboradores desligados que perderam o direito de aquisição, e as transferências se referem a ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membro do mesmo grupo econômico.

O Plano de 2019 esteve atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários tiveram direito de receber, do qual dependeu da TIR (Taxa Interna de Retorno) obtida no projeto vinculado às suas metas de performance. As quantidades de ações para esse plano puderam variar conforme o desempenho, sendo multiplicadas por um percentual entre 90% e 110%. O referido plano foi encerrado em maio de 2026.

Para os planos de 2023, 2025 e 2026, a Companhia realizou a estimativa de valor justo dos referidos planos por meio da técnica de avaliação *Monte Carlo* para precificação, incorporando fatores e premissas de mercado, de acordo com o item 17 do CPC 10 (R1). As quantidades de ações podem variar conforme a *performance* do plano e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da quantidade-alvo.

Ressalta-se que estes planos são classificados como instrumentos financeiros passivos liquidáveis em caixa. Para o período findo em 30 de junho de 2026, foi reconhecida uma provisão de R\$ 23.356 para a Companhia, em contrapartida à rubrica de outras contas a pagar (provisão de R\$ 9.087 em 30 de junho de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado a cada data-base.

19 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está a seguir demonstrada:

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Receita de distribuição (a)	1.960.006	3.609.636	1.549.282	2.878.972
Remuneração financeira WACC (b)	3.349	172.326	91.429	181.180
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (c)	236.309	227.062	60.888	127.761
Subvenção CDE - Outros (d)	87.112	166.631	62.262	116.516
Fornecimento de energia elétrica	2.286.776	4.175.655	1.763.861	3.304.429
Suprimento de energia elétrica (e)	(24.373)	31.942	10.462	22.207
Receita pela disponibilidade - uso da rede	92.145	175.528	69.052	124.224
Receita de construção	330.495	603.579	303.293	609.891
Atualização do ativo financeiro da concessão (f)	69.418	178.141	115.128	216.055
Outras receitas	48.430	112.423	43.083	88.384
Receita operacional bruta	2.802.891	5.277.268	2.304.879	4.365.190
Deduções da receita				
ICMS sobre venda de energia elétrica	(446.398)	(859.762)	(367.443)	(686.273)
PIS e COFINS	(185.782)	(332.195)	(131.246)	(225.386)
Encargos do consumidor	(17.734)	(33.086)	(14.416)	(27.402)
ISS	(397)	(889)	(592)	(1.188)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (g)	(150.327)	(300.654)	(93.772)	(187.543)
Penalidades DIF/FIC e outras	(8.377)	(19.705)	(11.604)	(19.330)
Deduções da receita operacional	(809.015)	(1.546.291)	(619.073)	(1.147.122)
Receita operacional líquida	1.993.876	3.730.977	1.685.806	3.218.068

- (a) O mercado fio B apresentou crescimento de 5,3% no 2º trimestre de 2026, quando comparado ao mesmo período de 2025. O volume passou de 2.074 GWh para 2.183 GWh, totalizando um incremento de 109 GWh no trimestre;
- (b) A redução decorre da renovação do contrato de concessão que resultou na redução do saldo do ativo financeiro da concessão após a bifurcação dos ativos, reduzindo, consequentemente, a base de incidência da remuneração financeira;
- (c) A variação positiva de R\$ 99.302 dos ativos e passivos regulatórios deve-se principalmente por: (i) variação negativa entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R\$96.203; (ii) em relação a constituição não houve alteração de posição entre anos, os movimentos se mantiveram ativos, entretanto, no exercício atual houve uma receita maior, principalmente em função do comportamento dos custos com energia e encargos setoriais frente às coberturas tarifárias homologadas pela ANEEL, gerando uma variação positiva de R\$ 212.828 quando comparado com o exercício anterior; (iii) efeito negativo de R\$ 20.768 em CVA da Bandeira Faturada devido as bandeiras tarifárias ocorridas em 2025, diferente do ocorrido no período anterior; e (iv) a variação positiva entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e excedente reativo no montante de R\$ 3.445;
- (d) Referem-se ao registro da receita de desconto tarifário. A variação refere-se ao registro do subsídio do faturamento de projetos da Geração Distribuída do tipo II e III, representando aumento de consumidores que geram energia, bem como a quantidade de energia injetada faturada;
- (e) A receita de suprimento de energia elétrica aumentou em 30 de junho de 2026 em razão da elevação do PLD no Mercado de Curto Prazo, que passou de R\$ 170,70/MWh em 2025 para R\$ 376,12/MWh em 2026, resultando em apuração maior de receita nas vendas desse mercado;
- (f) A variação decorre, principalmente, da renovação do contrato de concessão, que resultou na redução do saldo do ativo financeiro da concessão após a bifurcação dos ativos, reduzindo consequentemente a base de incidência da atualização financeira; e
- (g) A variação apresentada refere-se, principalmente, aos valores registrados na conta de CDE, devido a atualização dos valores estabelecidos pela Resolução Homologatória nº 3.564, de 09 de dezembro de 2025 e REH nº 3.484 de 15 de julho de 2025, a qual definiu as quotas da CDE USO e CDE GD aplicáveis ao período de 2026 em valores superiores aos vigentes em 2025. O aumento verificado para 2026 reflete, entre outros fatores, a necessidade de recomposição dos recursos da CDE para cobertura de subsídios tarifários, encargos associados à geração distribuída, programas sociais (como a Tarifa Social de Energia Elétrica) e outros custos regulatórios definidos pela agência reguladora.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

20 Custos do serviço e despesas operacionais

	01/04/2026 a 30/06/2026					01/01/2026 a 30/06/2026				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesa com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesa com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(10.220)	(9.501)	(29.827)	-	(49.548)	(22.944)	(18.532)	(64.842)	-	(106.318)
Material	(3.044)	(3.949)	(1.342)	-	(8.335)	(5.055)	(7.422)	(2.023)	-	(14.500)
Serviços de terceiros	(55.371)	(36.096)	(17.519)	-	(108.986)	(109.938)	(77.424)	(34.358)	-	(221.720)
Custos com energia elétrica- nota explicativa nº 21	(888.795)	-	-	-	(888.795)	(1.568.857)	-	-	-	(1.568.857)
Custo de construção (a)	(330.495)	-	-	-	(330.495)	(603.579)	-	-	-	(603.579)
PECLD - nota explicativa nº 6.2	-	-	-	(54.049)	(54.049)	-	-	-	(102.069)	(102.069)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(4.967)	-	(4.967)	-	-	(10.799)	-	(10.799)
Amortização	(79.487)	-	(23.657)	-	(103.144)	(159.153)	-	(43.987)	-	(203.140)
Subvenção CCC	(256)	-	-	-	(256)	(502)	-	-	-	(502)
Outros	814	(1.047)	(1.853)	(325)	(2.411)	313	(2.441)	(6.857)	(856)	(10.448)
Total	(1.366.854)	(50.593)	(79.165)	(54.374)	(1.550.986)	(2.469.715)	(105.819)	(162.866)	(102.925)	(2.841.325)

	01/04/2025 a 30/06/2025					01/01/2025 a 30/06/2025				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesa com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesa com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(9.126)	(7.644)	(27.705)	-	(44.475)	(20.458)	(18.191)	(69.512)	-	(108.161)
Material	(2.689)	(1.920)	(488)	-	(5.097)	(5.551)	(3.348)	(1.101)	-	(10.000)
Serviços de terceiros	(53.472)	(34.670)	(18.389)	-	(106.531)	(107.949)	(70.501)	(33.077)	-	(211.527)
Custos com energia elétrica- nota explicativa nº 21	(693.711)	-	-	-	(693.711)	(1.319.119)	-	-	-	(1.319.119)
Custo de construção (a)	(303.293)	-	-	-	(303.293)	(609.891)	-	-	-	(609.891)
PECLD - nota explicativa nº 6.2	-	-	-	(15.350)	(15.350)	-	-	-	(37.323)	(37.323)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(3.884)	-	(3.884)	-	-	(7.249)	-	(7.249)
Amortização	(89.069)	-	(1.575)	-	(90.644)	(168.312)	-	(18.891)	-	(187.203)
Subvenção CCC	(12.388)	-	-	-	(12.388)	475	-	-	-	475
Outros	(95)	(1.738)	(3.874)	14	(5.693)	(469)	(3.617)	(6.598)	(12)	(10.696)
Total	(1.163.843)	(45.972)	(55.915)	(15.336)	(1.281.066)	(2.231.274)	(95.657)	(136.428)	(37.335)	(2.500.694)

(a) A Companhia, reconhece o custo de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O valor é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

21 Custos com energia elétrica

	01/04/2026 a 30/06/2026		01/01/2026 a 30/06/2026		01/04/2025 a 30/06/2025		01/01/2025 a 30/06/2025	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão (a)	2.065	(492.104)	3.846	(819.058)	1.816	(392.828)	3.679	(766.547)
Contratos Eletronuclear	36	(17.782)	74	(33.619)	63	(20.731)	125	(41.290)
Contratos cotas de garantias	215	(45.670)	409	(131.550)	256	(61.905)	499	(114.320)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva	-	(60.210)	-	(112.774)	-	(28.624)	-	(73.050)
Energia de curto prazo - CCEE (b)	-	(191.224)	-	(311.384)	-	(84.958)	-	(113.747)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	34	(18.780)	71	(37.561)	35	(20.656)	70	(41.312)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	76.837	-	152.256	-	61.088	-	120.848
Geração distribuída (c)	-	3.378	-	8.080	-	(9.222)	-	(19.205)
Subtotal	2.350	(745.555)	4.400	(1.285.610)	2.170	(557.836)	4.373	(1.048.623)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (d)	-	(143.240)	-	(283.247)	-	(135.875)	-	(270.496)
Total	2.350	(888.795)	4.400	(1.568.857)	2.170	(693.711)	4.373	(1.319.119)

(a) A variação refere-se aos custos com contratos (CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD – Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits) no primeiro semestre de 2026, com preço médio do período em R\$ 212,96/MWh em relação ao mesmo período de 2025 de R\$ 208,35/MWh e aumento de volume contratado em 4,54%;

(b) A variação decorre do aumento da despesa do efeito da contratação por disponibilidade e efeito de contratação de cotas de garantia física;

(c) Os valores referem-se à contabilização dos custos de geração distribuída, cujo valor é determinado pela energia excedente (kWh) gerada por consumidores de Micro e Minigeração Distribuída conforme Lei 14.300/2022, valorizada pelo PMIX (Preço Médio de Compra de Energia). A variação compreende as compensações dos créditos gerados antes do processo tarifário de 2025, mas com vencimento posterior, período em que a energia injetada de MMD não era considerada na composição da energia requerida dos processos tarifários até a aprovação da REN 1.114/2025; e

(d) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, RAP, cujos valores são anualmente. As tarifas em vigor foram aprovadas na Resolução Homologatória nº 3.482 de 15 de julho de 2025 com vigência a partir de julho de 2025 até junho de 2026 as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, e contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão).

(*) Informação não revisada.

22 Outras despesas operacionais, líquidas

	01/04/2026 a 30/06/2026		01/01/2026 a 30/06/2026		01/04/2025 a 30/06/2025		01/01/2025 a 30/06/2025	
Outras receitas operacionais								
Outras receitas operacionais	405		600		328		1.132	
Total de outras receitas operacionais	405		600		328		1.132	
Outras despesas operacionais								
Perdas pela desativação de bens e direitos (a)	(8.876)		(24.689)		28.600		(1.366)	
Indenização por danos a terceiros	(1.155)		(1.956)		(720)		(1.908)	
Provisão para perda de estoque	(10.763)		(9.238)		(3.950)		(5.182)	
Baixa de recebíveis incobráveis (b)	(4.184)		(7.382)		(5.581)		(13.090)	
Outras despesas operacionais	(4.278)		(6.771)		(6.519)		(9.583)	
Total de outras despesas operacionais	(29.256)		(50.036)		11.830		(31.129)	
Total outras despesas operacionais, líquidas	(28.851)		(49.436)		12.158		(29.997)	

(a) Os saldos de perdas referem-se às baixas de bens comprometidos por avarias ou sinistros, realizadas no período findo em 30 de junho de 2026; e

(b) No período findo em 30 de junho de 2026 foram realizadas baixas de títulos a receber, vencidos acima de 5 anos, e a reversão da respectiva PECLD, nos montantes de R\$ 48.689 e R\$ 41.307 (sendo R\$ 40.484 do contas a receber de clientes, conforme nota explicativa nº 6.2, e R\$ 823 de outros créditos a receber), respectivamente, resultando em um montante líquido de R\$ 7.382.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

23 Resultado financeiro

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Receitas financeiras				
Rendimentos financeiros (a)	19.885	39.384	39.671	83.541
Atualização de valores a receber da parcela A e itens financeiros	18.013	30.937	6.716	12.701
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(1.067)	94.903	(7.780)	56.180
Acréscimo moratório de energia vendida	30.253	49.768	21.817	40.690
Receita Financeira de AVP	1.011	2.417	981	1.437
PIS/COFINS sobre receita financeira	(3.367)	(5.914)	(3.532)	(7.087)
Variação monetária e cambial (c)	(24.143)	44.543	45.623	132.285
Marcação a valor justo da dívida	58.951	58.951	61.949	61.949
Reversão de PECLD sobre Juros de mora de contas a receber	116	535	555	1.324
Outras receitas financeiras	4.278	7.104	7.756	15.478
Total de receitas financeiras	103.930	322.628	173.756	398.498
Despesas financeiras				
Encargos da dívida	(68.837)	(135.212)	(70.643)	(141.521)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(54.979)	(219.279)	(121.460)	(285.300)
Atualização de valores a devolver da parcela A e itens financeiros	(13.477)	(22.222)	(12.769)	(26.047)
Variação monetária e cambial (c)	(39.333)	(99.680)	(44.127)	(94.906)
Marcação a valor justo da dívida	(22.027)	(22.027)	-	-
Despesa financeira de AVP	-	-	(237)	(503)
Atualização de contingências	(6.358)	(11.568)	(2.042)	(4.763)
Descontos concedidos	(4.422)	(1.438)	(2.595)	(6.637)
Despesas com aval	9.022	(7.953)	(4.283)	(8.564)
PECLD sobre Juros de mora de contas a receber	(691)	(1.191)	(727)	(1.956)
Outras despesas financeiras	(16.682)	(13.227)	(16.043)	(22.495)
Encargos de geração distribuída	-	-	36	63
Total de despesas financeiras	(217.784)	(533.797)	(274.890)	(592.629)
Total resultado financeiro	(113.854)	(211.169)	(101.134)	(194.131)

- (a) A variação negativa nos rendimentos financeiros decorre, principalmente, da redução da disponibilidade de caixa e aplicações financeiras da Companhia no período, em comparação ao período findo em 30 de junho de 2025;
- (b) Refere-se às operações de swap designadas como hedge de fluxo de caixa, cuja despesa nos períodos de janeiro a junho de 2025 e 2026 foi impactada principalmente pela variação cambial. Entre dezembro de 2024 e junho de 2025, o dólar apresentou redução de R\$ 6,19 para R\$ 5,46 (-13,47%), enquanto entre dezembro de 2025 e junho de 2026 passou de R\$ 5,50 para R\$ 5,18 (-6,29%). Essa menor oscilação cambial no período de 2026 contribuiu para a redução da despesa financeira em comparação ao período anterior; e
- (c) A variação monetária e cambial registrada no período decorre, principalmente, dos efeitos da exposição em moeda estrangeira. No acumulado até 30 de junho de 2025, a redução da cotação do dólar frente ao real, de R\$ 6,19 em dezembro de 2024 para R\$ 5,46 em junho de 2025 (-13,47%), gerou impacto positivo no resultado financeiro, refletido como receita financeira. No mesmo período de 2026, a cotação do dólar reduziu de R\$ 5,50 em dezembro de 2025 para R\$ 5,18 em junho de 2026 (-6,29%), resultando em efeito de receita oculto devido ao encerramento de dois contratos em moeda estrangeira apresentando assim despesa no período.

24 Instrumentos financeiros

24.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas 13.4 – *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e 14.4 – *Covenants* das debêntures.

24.2 Estratégia de utilização de derivativos

A Companhia realiza hedge de 100% da exposição em moeda estrangeira relacionada a empréstimos e financiamentos, por meio da contratação de *swaps* de fluxo de caixa, nos quais a ponta passiva é denominada em moeda nacional indexada ao CDI e a ponta ativa em moeda estrangeira acrescida do custo do contrato. Tais contratos são designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

Adicionalmente, a Companhia utiliza contratos de *swap* para proteção da exposição a variações de taxas de juros associadas a dívidas indexadas ao IPCA. Nesses casos, os derivativos são designados como instrumentos de *hedge* de valor justo, com o objetivo de mitigar os efeitos das oscilações desses indexadores sobre o valor das obrigações financeiras.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção, não sendo realizadas operações com caráter especulativo.

24.3 Aspectos da relação de *hedge*

(a) Teste de efetividade do *hedge*

A efetividade das relações de *hedge* é avaliada com base na comparação entre os termos críticos do instrumento de *hedge* e do item protegido, incluindo *notional*, prazo, indexador e cronograma de fluxos de caixa. Essa avaliação visa demonstrar a existência de relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, de forma que as variações no valor justo ou nos fluxos de caixa do derivativo sejam capazes de compensar as variações correspondentes do item protegido.

A Companhia utiliza o método dos termos críticos (*critical terms match*) para avaliação prospectiva da efetividade no momento da designação da relação de *hedge*.

(b) Índice de *hedge*

A Companhia adota índice de *hedge* de 1:1, considerando a correspondência entre o instrumento de *hedge* e o item protegido em relação ao montante nocional, prazo e risco objeto da proteção.

(c) Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras que atuam como contrapartes nos instrumentos derivativos. Para mitigar essa exposição, as operações são realizadas apenas com instituições financeiras com elevado nível de classificação de crédito, sendo a exposição monitorada periodicamente.

(d) Fontes de inefetividade

Potenciais fontes de inefetividade podem decorrer de descasamentos residuais entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, incluindo diferenças pontuais nos cronogramas de fluxos de caixa, alterações nos indexadores aplicáveis, bem como demais características específicas dos instrumentos.

24.4 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para o período findo em 30 de junho de 2026 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme descrito no item a seguir.

(a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

As divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	30/06/2026		31/12/2025	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	340.017	340.017	541.525	541.525
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	1.571.390	1.571.390	1.504.143	1.504.143
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	148.796	148.796	-	-
Ativo financeiro de concessão	3	Valor justo por meio do resultado	154.602	154.602	5.943.147	5.943.147
Total do ativo			2.214.805	2.214.805	7.988.815	7.988.815

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	30/06/2026		31/12/2025	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	-	Custo amortizado	682.262	682.262	666.345	666.345
Fornecedor - risco sacado	-	Custo amortizado	47.615	47.615	56.149	56.149
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	2.488.739	2.489.328	2.310.900	2.322.295
Empréstimos e financiamentos	2	Valor justo por meio do resultado	400.351	400.351	412.579	412.579
Debêntures	-	Custo amortizado	843.536	843.536	551.446	551.446
Debêntures	2	Valor justo por meio do resultado	551.139	551.139	830.539	830.689
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	196.382	196.382	95.721	95.721
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	1.010	1.010	368	368
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	-	-	81.795	81.795
Total do passivo			5.211.034	5.211.623	5.005.842	5.017.387

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

24.5 Instrumentos financeiros derivativos

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, que podem ser assim resumidos:

Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado em Moeda Estrangeira	Valor contratado (BRL)	Amortização	Tipo de Hedge	Juros	Indexadores	Valor justo	
									30/06/2026	31/12/2025
Banco Sumitomo Mitsui Banking Corporation	31/03/2026	31/03/2033	US\$ 30.000	157.200	Semestral	Fluxo de Caixa	Semestral	5,2630% a.a./ CDI +0,61% a.a.	(10.216)	-
Banco Sumitomo Mitsui Banking Corporation	31/03/2026	29/03/2030	US\$ 20.000	104.800	Semestral	Fluxo de Caixa	Semestral	5,8846% a.a./ CDI +1,36% a.a.	(5.885)	-
XP	04/10/2024	15/09/2036	-	550.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA +6,6493% a.a / CDI +0,285% a.a.	(61.584)	(38.277)
Scotiabank	13/11/2024	12/11/2027	US\$ 73.684	420.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Semestral	5,8035% a.a / CDI +1,15% a.a.	(48.693)	(19.887)
Scotiabank	30/01/2025	28/01/2028	US\$ 18.000	106.920	Bullet	Fluxo de Caixa	Semestral	5,2780% a.a./ CDI + 1,05% a.a.	(20.291)	(13.733)
Scotiabank	19/02/2025	18/02/2028	US\$ 32.683	186.223	Bullet	Fluxo de Caixa	Semestral	5,2710% a.a./ CDI + 1,05% a.a.	(27.446)	(15.169)
Bradesco	25/04/2025	15/08/2043	-	420.000	Mensal	Valor Justo	Mensal	IPCA + 7,72% a.a./ CDI +0,12% a.a.	(22.267)	(8.655)
Total									(196.382)	(95.721)
Passivo circulante									(3.214)	(1.245)
Passivo não circulante									(193.168)	(94.476)
Efeito líquido total									(196.382)	(95.721)

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destaca-se que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

Risco	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de hedge está incluído	Valor Nominal	Valor contábil		Alterações no valor do instrumento de hedge reconhecidas em ORA
			30/06/2026	31/12/2025	
Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	1.945.143	(196.382)	(95.721)	(14.246)
					57.200

24.6 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria avalia e monitora as exposições de risco da Companhia, acompanhando a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco e a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. A área de gestão de riscos e controles internos realiza revisões regulares nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o período findo em 30 de junho de 2026, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2025.

25 Demonstração dos fluxos de caixa

25.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de investimento	
Transferências entre ativo financeiro e ativo contratual	137.187
Transferências entre ativo contratual e intangível	252.189
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedor	20.425
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações trabalhistas	46.640
Reclassificação entre ativo financeiro e intangível	6.102.012
Total atividades de investimento	6.558.453
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos	4.337
Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento	1.181
Resultado de <i>hedge accounting</i>	14.246
Total atividades de financiamento	19.764
Total	6.578.217

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
 Período findo em 30 de junho de 2026
 (Valores expressos em milhares de reais)

25.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	31/12/2025	Fluxo de caixa	Pagamento de Juros	Novos arrendamentos	Mudança no valor justo	Outros (a)	30/06/2026
Empréstimos e financiamentos	2.723.479	159.068	(68.669)	-	(14.020)	89.232	2.889.090
Debêntures	1.381.985	-	(65.997)	-	(22.905)	101.592	1.394.675
Instrumentos financeiros derivativos	95.721	-	(37.961)	-	14.246	124.376	196.382
Passivos de arrendamento	368	(539)	(37)	1.181	-	37	1.010
Dividendos a pagar	141.705	(139.926)	-	-	-	-	1.779
Total	4.343.258	18.603	(172.664)	1.181	(22.679)	315.237	4.482.936

(a) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas, capitalização de juros e resultado financeiro com operações de instrumentos derivativos.

26 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2026	2027	2028	Após 2028*
Energia contratada (em R\$)	2026 a 2037	1.045.848	2.679.919	2.802.509	33.803.635
Energia contratada (em MhW)	2026 a 2037	4.985.316	9.389.571	9.474.737	95.432.993

(*) Estimado em 9 anos após 2028.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
(Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
(Vice-Presidente)

Alinez Martins Rabelo Costa

André Resende Guimarães

José Silva Sobral Neto

Pedro Luiz Manfredini Neto

João Alberto da Silva Neto

Conselho Fiscal

Titulares

André Luiz Amaral dos Santos

Saulo de Tarso Alves de Lara

Tiago Pereira Malheiro

Maria Salete Garcia Pinheiro

Vanderlei Dominguez da Rosa

Suplentes

Adilson Celestino de Lima

Luiz Eduardo Marques Moreira

Rodrigo Ribacinko

Dorgival Soares da Silva

Marizio Martins da Costa

Comitê de Auditoria Estatutário

João Alberto da Silva Neto

Jorge Roberto Manoel

Tinn Freire Amado
(Coordenador)

Diretoria Executiva

Sérvio Túlio dos Santos
(Diretor Presidente)

Humberto Luís Queiroz Nogueira
(Diretor)

José Jorge Leite Soares
(Diretor)

André Luiz Barata Pessoa
(Diretor)

Agnelo Coelho Neto
(Diretor)

Tatiana Queiroga Vasques
(Diretora de Relação com Investidores)

Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira
(Diretor)

Cristiano de Lima Logrado
(Diretor)

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador
CRC MA 011842/O-3